

Boletim

Nº 1.937 - Ano 42 - 18 de abril de 2016

A PRAÇA POR ELA MESMA

Em seu mais recente livro, o professor Flávio Lemos Carsalade, da Escola de Arquitetura, dá voz a edifícios, viadutos, monumentos e esculturas que compõem o conjunto arquitetônico da Praça da Estação, transformando-a em narradora privilegiada de sua própria história.

Páginas 4 e 5

UFMG vai capacitar
editores de periódicos
científicos

Página 3

A FORMAÇÃO de leitores-consumidores CRÍTICOS

Jônio Machado Bethônico *

Mercadorias e marcas cumprem diversas funções: construção de identidades, satisfação de necessidades e desejos, intermediação das relações sociais. A lógica do consumo influencia os vínculos interpessoais e institucionais e tem seus valores e referências de comportamento disseminados e naturalizados pela mídia.

Frente à exposição constante a essas mensagens, é importante reconhecer nossa fragilidade como consumidores, principalmente no caso de crianças e jovens, que costumam ser mais suscetíveis aos apelos das campanhas publicitárias. As compras por impulso e sem ponderação têm gerado impactos negativos, como o endividamento das famílias, além de comportamentos pouco sustentáveis na perspectiva ambiental. Na busca de maior equilíbrio nas relações entre empresas e sociedade, deve-se repensar o papel da escola, reconhecendo sua importância como agência de socialização e de conscientização. O que tem sido feito para formar consumidores conscientes?

À procura de respostas para essa questão, uma pesquisa foi feita na FaE/UFMG com enfoque no desenvolvimento do letramento em marketing dos alunos. Seu objetivo era verificar o que tem sido feito para capacitá-los a lidar criticamente com as mensagens de estímulo ao consumo e a refletir sobre aspectos mais amplos, como consumismo, desperdício e sustentabilidade. Essa pesquisa, em curso desde 2006, investigou livros didáticos, Parâmetros Curriculares Nacionais, atividades e avaliações disponibilizadas online no Portal do Professor/MEC, além de questionários e entrevistas com docentes da rede municipal de Belo Horizonte. Contrariando as hipóteses iniciais, foram encontradas diversas propostas de trabalho direcionadas à formação de consumidores críticos. No entanto, sérias

lacunas também foram identificadas de modo recorrente nos últimos 10 anos.

Em primeiro lugar, quanto aos textos selecionados pelos professores para o trabalho com os alunos, há um preocupante descompasso entre o que se usa em sala de aula (ou é proposto em diretrizes e materiais didáticos) e as atuais ações de marketing. As empresas têm-se valido das mais diversas formas de divulgação de seus produtos, ocupando o espaço público e privado, por meio não somente dos espaços publicitários tradicionais nos veículos de comunicação de massa. Os estímulos estão em vitrines e prateleiras dos supermercados, em blogs e nas redes sociais, em e-mails, em textos de caráter informativo, nos *merchandisings* em filmes, novelas e programas de televisão, em eventos nas praças e em patrocínios esportivos e culturais. Os apelos ao consumo estão imbricados no jornalismo, no entretenimento, na produção artística e em muitas outras áreas e situações cotidianas.

No entanto, as iniciativas escolares frequentemente se baseiam em peças impressas como anúncios de jornal e revista, outdoors, panfletos e embalagens. A diversidade das atuais ações estratégicas não é considerada, assim como são ignoradas mensagens de forte impacto perante os jovens, como os comerciais de TV.

Em segundo lugar, é importante também problematizar a profundidade das análises propostas nas atividades escolares que utilizam os materiais publicitários. Mesmo quando os textos selecionados mostram-se atuais e estão fortemente conectados com as referências dos alunos, é muito comum a ênfase nos aspectos verbais, sob uma perspectiva normativa, gramatical. Assim, não são propostas reflexões sobre os processos discursivos das mensagens (quais são os objetivos daquele texto, como se caracterizam os apelos persuasivos, quem é o público-

alvo) ou considerações acerca das múltiplas semioses ali presentes (cores, fotografias, tipos de letra ou, no caso das mensagens audiovisuais, trilhas sonoras, narrativas).

Por trás desse panorama, estão também as sérias limitações infraestruturais, que dificultam, por exemplo, o tratamento de peças televisivas e o acesso à internet em sala de aula, além da caracterização da formação docente em Língua Portuguesa, que tende a dar pouca ênfase à multimodalidade, ou seja, às diversas linguagens constituintes dos textos. Além disso, as temáticas relativas ao consumo não se mostram devida e sistematicamente incorporadas aos currículos, projetos pedagógicos e processos avaliativos das nossas escolas, apesar de contempladas nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Estar preparado para reconhecer a diversidade de apelos e abordagens adotadas pelas ações de marketing e para ler criticamente essas ações tem-se mostrado fundamental. A educação, na condição de via de emancipação, precisa contribuir para a autonomia dos indivíduos, transformando-os em cidadãos ativos, alertas, críticos e motivados para analisar e questionar a realidade da qual participam.

As práticas de consumo têm ganhado importância como aspiração, refúgio e lazer. Os apelos que sustentam e legitimam a lógica mercantil se embrenham nas mídias e no cotidiano, e são comuns distúrbios, excessos e frustrações nas relações de compra. Esse quadro demanda das instituições de ensino a incorporação e a disseminação de reflexões críticas acerca das problemáticas e contradições subjacentes às mercadorias e aos discursos de marketing.

Bacharel em Publicidade e Propaganda pela Fafich, mestre e doutor em Educação e Linguagem pela FaE e pós-doutorando em Linguística Aplicada: Linguagem e Tecnologia pela Faculdade de Letras

O **DESAFIO** de publicar com **QUALIDADE**

Ciclo de qualificação de editores de periódicos da UFMG será aberto com palestra sobre as novas regras adotadas pela SciELO

Ana Rita Araújo

A discussão sobre entrada e permanência de periódicos no portal Scientific Electronic Library Online (SciELO), tema de palestra neste dia 20, no campus Pampulha, traz à tona uma série de questionamentos sobre as condições que o país oferece para comunicação da pesquisa científica. Ao abrir o *1º Ciclo de formação de editores da UFMG*, Abel Packer, diretor e um dos criadores do SciELO, vai falar sobre as novas regras que estão sendo adotadas pela mais importante base de dados da América Latina. Uma das mudanças diz respeito ao percentual mínimo de artigos em inglês em cada área do conhecimento; os periódicos estão orientados a “maximizar progressivamente a sua internacionalização”.

De acordo com o diretor de Produção Científica da Pró-reitoria de Pesquisa, professor Sérgio Cirino, o investimento no controle da qualidade das publicações é tendência mundial, à qual a Universidade está atenta. Política institucional lançada em 2015 reúne diretrizes que referenciam a diversidade de periódicos existente na UFMG, hoje abrigada em portal específico (www.ufmg.br/periodicos). “O ciclo tem o objetivo de capacitar os editores de periódicos científicos em temas como processos e ferramentas de editoração, critérios para entrada e permanência em base de dados, visibilidade e fator de impacto”, explica Cirino.

As próximas etapas do ciclo receberão convidados da Europa e dos Estados Unidos, para tratar de temas como internacionalização e acesso aberto. Outra iniciativa em andamento é a incubadora de periódicos, que oferece condições para o aperfeiçoamento do trabalho de editores e grupos interessados em criar novas publicações. A intenção é que a incubadora identifique e colabore para aperfeiçoar aspectos como indexação, disposição de informações e atualização do site dos periódicos. A palestra de Abel Packer é aberta ao público e será realizada das 14h às 17h, no auditório da Reitoria.

Apoio institucional

O Portal de Periódicos da UFMG reúne 62 publicações, dez das quais indexadas no SciELO. Segundo Sérgio Cirino, as revistas formam um conjunto muito heterogêneo, daí a necessidade de formação e qualificação das equipes. Outro fator fundamental é o apoio de departamentos e programas de pós-graduação, para que os periódicos se fortaleçam e atendam aos critérios de entrada e permanência em bancos de dados relevantes.

Editor do periódico *Educação em Revista*, da Faculdade de Educação (FaE), o professor Geraldo Leão comemora a recente conquista de liberação parcial dos encargos didáticos dos dois editores-chefes, para que se dediquem às atividades do periódico. E acrescenta que isso resulta de um movimento que está em curso, na FaE, de fortalecimento do “lugar institucional” da Revista, classificada com a nota máxima – Qualis A1 – pela Capes. “Em geral, esses periódicos surgem e se mantêm por iniciativas de professores. O ideal é que a atividade seja reconhecida como uma resposta à demanda da instituição”, pondera.

Geraldo Leão demonstra preocupação com o financiamento dos periódicos que não são mantidos por sociedades de pesquisa, em especial na atual conjuntura brasileira. “No último edital do CNPq



Foca Lisboa

Sérgio Cirino: movimento de qualificação de editores

não fomos contemplados, devido ao corte de verbas, e nosso projeto financiado pela Fapemig se encerra agora”, informa. Com relação ao movimento de intensificação da internacionalização proposto pelo SciELO, Leão questiona a capacidade dos periódicos das áreas de ciências humanas e sociais para arcar com os custos de edição bilíngue. O professor cita carta aberta da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs), de dezembro passado, que indica como alternativa “responsabilizar os autores pela revisão de seus textos ou pela contratação de serviços de baixa qualidade, comprometendo o controle sobre a integridade dos textos publicados”. Ele reconhece a tendência de internacionalização, que pressupõe a capacidade de divulgar em língua inglesa, mas pondera: “O problema é quando isso é posto como uma política que não considera as especificidades, sobretudo nas ciências humanas, cuja interlocução é principalmente com a América Latina.”

O professor Fausto Borém, editor da *Per Musi*, outra revista da UFMG classificada como Qualis A1 e indexada no SciELO, considera fundamental a ampliação das publicações em inglês para a visibilidade internacional dos pesquisadores brasileiros. Como a maioria dos autores escreve em português, ele prevê uma redução no número de submissões, mas crê que, em pouco tempo, os autores se habituarão a essa exigência. “Ela também pode funcionar como filtro natural para a qualidade desejada e redução do pesado trabalho dos editores”, diz.

Além da comunicação com os autores, os editores cuidam de etapas como tradução, revisão, editoração e adaptação a formatos das plataformas digitais.

A biblioteca virtual SciELO (www.scielo.org) teve início no Brasil em 1998 e abriga atualmente periódicos científicos de 16 países – 13 na América Latina, além de Espanha, Portugal e África do Sul. Em livro organizado em comemoração aos 15 anos do portal, Abel Packer explica que o SciELO foi concebido como projeto e estratégia para superar o fenômeno conhecido como “ciência perdida”, caracterizado pela fraca presença de periódicos de países em desenvolvimento nos índices internacionais.

VOZ MONUMENTAL

Em livro que concilia recursos literários e análise urbanística, professor da Escola de Arquitetura transforma a Praça da Estação em narradora privilegiada de sua própria história

Ewerton Martins Ribeiro

O professor Flávio Lemos Carsalade, do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura, acaba de lançar *Estação em movimento: a história da Praça da Estação em Belo Horizonte*, livro editado e publicado pelo Instituto João Ayres. O volume foi concebido sob dupla perspectiva intelectual – literária e arquitetônica-urbanística.

De um lado, Carsalade – arquiteto e urbanista, mestre em arquitetura e doutor em patrimônio cultural – vale-se de sua formação acadêmica para subsidiar cientificamente a narrativa. De outro, o autor mobiliza a sua verve literária para dar voz aos próprios edifícios, viadutos, monumentos e esculturas que compõem o conjunto arquitetônico da

Praça da Estação, permitindo que eles mesmos narrem as suas histórias.

A estátua *Verão*, por exemplo, que hoje está localizada nos jardins do Palácio da Liberdade, em certo momento comenta: “Hoje, sinto saudades do tempo em que habitava a Estação.” Ao que responde a estátua *Inverno*, relegada ao interior do Museu de Artes e Ofícios: “Melhor sua sina que a minha. Daqui onde estou vejo muita gente, mas não estou ao ar livre, no meio da praça, solto às viragens do tempo, como é de meu gosto.”

Ao situar o livro nesse duplo lugar, científico e literário, Carsalade faz do volume uma ficção, de interesse amplo, mas também uma obra de referência, fonte de consulta para pesquisadores de áreas como arquitetura,

urbanismo, geografia e história. Com o recurso, o autor narra, de forma subjetiva, as consequências do desenvolvimento positivista vivido pela cidade desde a sua fundação, em dezembro de 1897.

Não é a primeira vez que Flávio Carsalade se propõe a usar a ficção como suporte para a teoria. Ele é autor do volume *Pampulha*, da coleção *BH. A cidade de cada um*, série sobre bairros e outros marcos identitários da capital mineira. O livro foi lançado em 2007. Nele, é a própria cidade de Belo Horizonte, em primeira pessoa, que conta a história da Pampulha.

No posfácio da nova obra, com formato paisagem e fartamente ilustrada por fotografias, antigas e atuais, Carsalade sugere o largo da Praça da Estação como uma espécie de

Praça da Estação: “livro aberto” para compreender a história de Belo Horizonte



“livro aberto” para a compreensão da história de Belo Horizonte. “A Praça é a melhor síntese do que seja um espaço público urbano”, afirma o professor. “É um ponto para o qual Belo Horizonte inteira converge, com apropriações diversas, presença de vários segmentos sociais e lutas urbanas entre as mais diferentes tribos. É onde a cidade acontece”, diz.

O professor também destaca a relevância arquitetônica do conjunto da Praça. “Ali encontramos manifestações arquitetônicas distintas, todas muito importantes para a história da arquitetura brasileira. É significativo o fato de, em um mesmo conjunto, termos prédios das primeiras décadas da cidade e, ao mesmo tempo, edifícios modernos e de diferentes épocas do último século.”

Coração da cidade

Flávio Carsalade, que também é diretor da Editora UFMG, destaca a importância de a Universidade manter seu Centro Cultural naquele conjunto arquitetônico. “Uma das principais funções da Universidade é contribuir para a difusão do conhecimento nela produzido, de forma a estimular o

crescimento e a capacitação da sociedade. Nesse sentido, é estratégico que o Centro Cultural UFMG esteja situado exatamente em um ponto de convergência da cidade, de efervescência cultural e política.”

O professor elege o logradouro, em cujas imediações está erguido o prédio da **antiga Escola de Engenharia da UFMG**, como o coração da capital mineira. “Se pensarmos que o coração é o órgão que exerce a função de bombear energia para o corpo, o coração de Belo Horizonte é a Praça da Estação”, diz. “É o local onde as pessoas reconhecem a identidade da sua cidade.”

Além de sua atuação docente, Flávio Carsalade foi presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) e secretário municipal de Administração Urbana (Regional Pampulha). Ele frisa que, ao contrário do que se possa pensar, essa vocação política e cultural da Praça da Estação não é uma característica exatamente nova. Mesmo quando ocupada por um estacionamento a céu aberto, nos anos 1970 e 1980, o espaço era mobilizado para eventos e abrigava a agitação cultural e política. “Em

qualquer tempo, a Praça sempre foi o ‘lugar onde as coisas acontecem’. As requalificações realizadas no local possibilitaram que essa vocação pudesse ser exercida mais intensamente nas últimas décadas”, conclui o autor.

Livro: *Estação em movimento: a história da Praça da Estação em Belo Horizonte*

Autor: Flávio Lemos Carsalade

Edição: Instituto João Ayres

Vendas: Livraria Ouvidor (Rua Fernandes Tourinho, 253, Savassi)

R\$ 176 páginas/ R\$ 98 (preço de capa)

No livro, o prédio da antiga Escola de Engenharia da UFMG conta a sua história. “Nascemos em 1906, respectivamente como Grande Hotel, depois Escola Livre de Engenharia, em 1921, como Instituto de Química e, em 1959, como Escola de Engenharia, mas nos unimos desde 1911 na forma de Escola de Engenharia da UFMG até que nos desagregássemos novamente em Centro Cultural da UFMG (1989), Museu da Engenharia (1993) e em futuro Tribunal de Justiça, mas continuamos sendo um, até que a vida nos separe.”



Roberto Staino

O PISA gera representações sobre a EDUCAÇÃO e sobre como ela deve ser dirigida

Ewerton Martins Ribeiro e Luana Macieira

O professor Luís Miguel de Carvalho, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, é um estudioso dos impactos do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), adotado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nos sistemas educativos. Convidado do Programa Cátedras Santander de Estudos Ibero-latino-americanos, gerenciado pelo Instituto de Estudos Transdisciplinares Avançados (Ieat), Carvalho chegou à UFMG no fim de março, quando passou a cumprir uma agenda de seminários, cursos para alunos de graduação e pós-graduação e conferências. A temporada se encerra no dia 25.

Na entrevista a seguir, o professor fala sobre a relevância do Pisa para a definição de políticas de educação adotadas pelos países que participam da avaliação e sobre as limitações do programa, incapaz, em sua análise, de contemplar fatores que transcendem a escola.



Quando surgiu esse exame que avalia a educação em âmbito mundial?

As grandes avaliações internacionais, feitas por meio de provas aplicadas aos estudantes, começaram a ser realizadas de modo sistemático no início dos anos 1960. O objetivo era compreender o modo como os sistemas educativos lidavam com suas propostas de qualificação dos alunos, além de fornecer aos decisores políticos conhecimentos sobre os melhores sistemas e suas soluções. O primeiro

Pisa foi realizado em 2000, e hoje o teste busca produzir um conhecimento relacionado e comparado no âmbito da educação.

Qual é o seu alcance?

Ele é aplicado em mais de 60 países e cobre 90% da economia mundial. Na visão da OCDE, trata-se de dispositivo importante para se observar o desempenho dos sistemas educativos. Na linha de outros trabalhos realizados no âmbito da investigação educacional, procuro apresentá-lo e analisá-lo como instrumento usado pela OCDE para concretizar uma intervenção reguladora sobre as políticas educativas nacionais.

O Pisa é aplicado em países com economias, culturas e sistemas políticos diferentes. O exame é capaz de levar em consideração as especificidades de cada ambiente?

Essa é uma das principais críticas a esse tipo de prova padronizada. Há uma impossibilidade de comparar o que é incomparável, devido a contextos culturais, sociais e políticos distintos. Precisamos entender o Pisa não só como um teste, mas como um instrumento capaz de gerar um conjunto de representações sobre a educação e como ela deve ser dirigida. Ele é um dispositivo político, porque

incorpora visões da educação e constrói uma forma de regular a educação em nível internacional.

Como o Pisa pode ser usado na melhoria da educação dos países participantes?

Trata-se de uma decisão que cabe aos atores da educação de cada país, de cada comunidade de conhecimento. São eles que definem se vão usar e o que fazer com os dados. O que é interessante, para mim, é conhecer o que fazem efetivamente. Devemos ir além e promover um questionamento que comumente não ocorre. São conhecidos vários efeitos do exame na formulação de políticas públicas nacionais, incluindo elaboração dos currículos, avaliação dos alunos e formação dos professores. As políticas acabam vinculadas ao resultado do Pisa, e, ao mesmo tempo, os governos nacionais levam o exame em consideração quando se espelham em outros países para criar as suas políticas. Na Alemanha, um mau desempenho no Pisa gerou reposicionamento das suas políticas públicas. Além disso, muitos países passaram a contemplar, em suas metas de educação, a prova internacional. No caso do Brasil, o novo plano nacional de educação tem uma estratégia que associa o desempenho dos alunos no exame a uma das suas metas.

Que ressalvas o senhor faz aos exames internacionais de avaliação de estudantes?

Uma das ficções gerada pelo exame é a de que a economia de um país e o desempenho dos alunos na prova estão relacionados, ou seja, a ideia de que um influencia diretamente o outro. O Japão é um exemplo dessa ficção, uma vez que se mantém no topo do Pisa há 15 anos, mesmo com sua economia passando por dificuldades. Outra ficção refere-se ao conhecimento e às mudanças que podem ser geradas dos resultados desses testes padronizados. Precisamos considerar que cerca de 60% da variação dos resultados nesse tipo de prova está relacionada a fatores não escolares, como os sociais, culturais e econômicos.

É preciso, então, considerar outros aspectos além do exame...

Não é possível pensar em políticas educativas sem pensar em intervenções fora da escola. Os resultados dos desempenhos dos alunos só vão mudar se o conjunto de fatores que afetam esse estudante também mudar. São necessárias intervenções na escola, mas também fora dela. Políticas orientadas apenas para o currículo e para o trabalho dos professores não são suficientes para alterar o desempenho dos alunos em provas de avaliação dessa natureza.

É possível aprimorar o Pisa para contemplar esses outros aspectos?

Há algumas discussões sobre a criação de um Pisa alternativo. Não sei se isso resolveria as falhas, pois um dispositivo alternativo teria a mesma natureza. O que eu acho importante é considerarmos movimentos que relativizem essas provas. Os sistemas educacionais precisam ser construídos com um olhar para o passado e outro para o presente, mas projetando o futuro. Uma boa forma de se pensar políticas educacionais é olhar para o outro, ou seja, para as experiências de outros lugares.

[Versão ampliada da entrevista foi publicada no Portal UFMG, seção Pesquisa e Inovação, em 11/04/2016]

ÔNIBUS INTERNOS

Os ônibus que circulam no campus Pampulha no período letivo têm novos itinerários e horários alterados, que podem ser consultados na página da Divisão de Transportes do Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais: www.ufmg.br/servicos/onibus.shtml. Os horários e itinerários de circulação em períodos de férias permanecem os mesmos. A linha que atende às duas unidades da Moradia Universitária, no bairro Ouro Preto, é gerenciada pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump). Seu quadro pode ser consultado no site da fundação: www.fump.ufmg.br.

MULHERES EM LETRAS

Com homenagem às escritoras Cora Coralina e Conceição Evaristo, a oitava edição do Colóquio Mulheres em Letras será realizada no Centro Federal de Educação Tecnologia (Cefet), no dia 13 de maio, das 14h às 21h.

As inscrições, gratuitas para ouvintes, devem ser feitas pelo site www.mulheresletras.com até o dia 11. No dia do evento, haverá inscrições presenciais. O campus 1 do Cefet fica na Avenida Amazonas, 5.353.

O Colóquio é promovido pelo Grupo de Pesquisa Letras de Minas, vinculado à Faculdade de Letras da UFMG. Cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, o grupo é formado por mestres, doutoras e estudantes da pós-graduação da UFMG e da PUC Minas.

ALFABETIZAÇÃO

Planejamento de estratégias didáticas para inclusão de alunos no processo de alfabetização será tema de discussão no próximo dia 26, no campus Pampulha, em evento organizado pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Faculdade de Educação. A professora Luciana Piccoli, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que integra a pesquisa *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento* (Abec), coordenada pelo Ceale desde 1985, vai apresentar práticas pedagógicas desenvolvidas em turmas de alfabetização, com o objetivo de propor táticas para organização do planejamento didático, considerando a heterogeneidade de aprendizagem dos alunos.

O debate será realizado às 19h30, no auditório Neidson Rodrigues, da Faculdade de Educação. As vagas são limitadas, e as inscrições devem ser feitas no endereço <https://goo.gl/kElhzN>. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail cealedebate@gmail.com ou pelo telefone (31) 3409-5334.



LIVRO DE ARTISTA

Arte e sociedade, poesia visual e metalinguagem são alguns aspectos do livro de artista apresentados na mostra *Tendências do livro de artista no Brasil: 30 anos depois*, que pode ser visitada no térreo e no quarto andar da Biblioteca Central, campus Pampulha, até o próximo dia 30. Com curadoria de Amir Brito (UFMG) e de Paulo Silveira (UFRGS), a exposição reúne parte da mostra realizada no ano passado, no Centro Cultural de São Paulo (CCSP), com destaque para as obras incorporadas recentemente ao acervo da Coleção Livro de Artista da UFMG.

A exposição de 2015, em São Paulo, comemorou 30 anos de importante mostra realizada no mesmo local em 1985. Naquele ano, com curadoria de Cacilda Teixeira da Costa e Annateresa Fabris, o evento contou com 200 obras de dezenas de artistas. Já na edição comemorativa, foi apresentado conjunto de 120 obras publicadas nos últimos anos e adquiridas para o acervo do CCSP com apoio da Funarte, por meio do Prêmio Marcantonio Vilaça.

ESPORTE, LITERATURA E CINEMA

Até o fim de agosto, a Revista Aletria, do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras, recebe relatos de pesquisas sobre as relações da literatura e do cinema com o esporte. A Revista Aletria, quadrimestral, é publicada desde 1993. Mais informações estão disponíveis no site da publicação: www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria.

DANÇA CONTEMPORÂNEA

Estão abertas as inscrições de artigos e trabalhos coreográficos para seminário sobre a dança, suas diferentes formas de manifestação e relação com a Educação Física. O 12º Seminário Nacional Concepções Contemporâneas em Dança será realizado de 21 a 24 de junho, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFTO), campus Pampulha. Conferências, fóruns e oficinas vão tratar das implicações da dança com a cultura, inclusão, tecnologia, psicopedagogia, saúde e lazer.

Os artigos devem ser enviados, em arquivo Word, para o e-mail seminariodanかうfmg@gmail.com. Os trabalhos coreográficos, por sua vez, serão recebidos pelo correio, em DVD. O prazo para envio termina em 23 de maio. Mais informações podem ser obtidas no site <https://goo.gl/AL5WZO> e pelo telefone (31) 3409-2314.

HÁBITOS ALIMENTARES E SAÚDE

Voluntários interessados em participar de pesquisa sobre o impacto da alimentação no desenvolvimento de doenças não transmissíveis devem se cadastrar pela internet para receber por e-mail questionário sobre hábitos alimentares e saúde. Desenvolvido por pesquisadores de três instituições, entre as quais a UFMG, o trabalho *Coorte de universidades mineiras (Cume)* tem a meta de entrevistar mais de 60 mil graduados e pós-graduados com idade entre 20 e 40 anos, formados de 1994 a 2014, pela UFMG ou pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Com base em informações obtidas sobre hábitos de pessoas com escolaridade superior, o estudo pretende formar banco de dados que possa subsidiar políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Mais informações sobre o projeto podem ser obtidas na página www.projetcume.com.br/home.

ADESÃO e RESISTÊNCIA nos recônditos

Pesquisador da Fafich apresenta abordagem original da relação dos estudantes com a ditadura com base na história do Projeto Rondon

Itamar Rigueira Jr.

O famoso congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) desbaratado pelo sistema de repressão do regime militar em 1968, em Ibiúna (SP), tinha em sua pauta uma avaliação crítica do Projeto Rondon. Posta em prática um ano antes, a iniciativa dos militares que levava universitários para conhecer lugares dos quais nunca tinham ouvido falar foi também motivo de boicote do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG, que à época vivia uma espécie de legalidade de fato. A resistência dessas entidades logrou, contudo, efeito limitado: até 1985, quando o regime chegou ao fim, cerca de 900 mil jovens viajaram pelo país com o Projeto Rondon.

A estimativa é do historiador Gabriel Amato Bruno de Lima, que se dedicou ao tema nos últimos anos para sua pesquisa de mestrado. Ele chegou a esse número depois de cotejar fontes diversas, já que não encontrou informação oficial. E ficou surpreso: “Tendemos, de forma geral, a associar estudantes à resistência quando falamos em ditadura, mas constatei que houve adesão significativa dos jovens universitários, por motivos variados, à proposta do Projeto Rondon”, diz o pesquisador.

Amato salienta que adesão, apatia ou recusa dos estudantes se deram de formas distintas. Havia os que se juntavam às manifestações contra o regime e também participavam do Rondon. Outros ignoravam as duas opções, concentrando-se nos estudos. E havia quem se seduzisse pela chance de viajar com amigos, sem a família, conhecer novos lugares sem arcar com despesas. Alguns desejavam, ao viajar pelo projeto, resistir ao regime “por dentro”.

O autor do trabalho explica que os envolvidos na iniciativa atuavam, sobretudo até 1979, na fronteira entre os imaginários nacionalista e anticomunista. “Para os militares, os recônditos do país eram lugares vazios de nacionalidade e deveriam ser ocupados estrategicamente, além de servir de fonte de brasilidade para os jovens. Outra intenção era pôr os estudantes em contato com o ‘Brasil real’ e com um povo que, supostamente, não poderia ser contaminado pelas ideias importadas do comunismo”, ressalta Gabriel Amato.

Subordinado ou irresponsável

O projeto recebeu esse nome em homenagem ao marechal Cândido Rondon, sertanista que no início do século 20 liderou missão do Exército destinada a integrar o Centro-Oeste brasileiro. A iniciativa teve origem em conclusões de seminário sobre educação e segurança nacional realizado em 1966, culminando com a decisão de aproximar estudantes e militares. “O objetivo de levar ao interior assistência social e apoio à infraestrutura era secundário – o estudante era a razão de existir do projeto. Principalmente em momentos de crise estudantil, como em 1968 e 1977, o regime



Revista Interior/Ministério do Interior

Voluntário do Projeto Rondon em ação, em Inhangapi (PA), 1974

quis incentivar uma participação ordenada, ou subordinada, em oposição ao engajamento, visto como irresponsável, associado ao movimento estudantil contrário à ditadura.”

As ações do Projeto Rondon eram distribuídas, entre outras, em operações nacionais (jovens do Sul e do Sudeste passavam suas férias de verão no interior das outras regiões) e em operações regionais (os grupos deslocavam-se para áreas carentes de seus próprios estados). Em 1969, começaram a ser instalados os chamados campi avançados – universidades montavam estruturas em cidades, e as equipes de docentes e discentes se revezavam para que as ações não fossem interrompidas. Houve 22 desses campi, e a UFMG, no período de 1972 a 1976, enviou a Barreiras, na Bahia, 708 alunos.

O pesquisador, que teve acesso a fontes inéditas, como documentos do próprio Projeto Rondon, salienta que seu trabalho revela uma dinâmica social complexa, em que estudantes universitários e a própria sociedade mantiveram uma relação multiforme com a ditadura. “A memória social fixa os estudantes no lugar de resistentes ou vítimas. Claro que não se pode subestimar a força das mobilizações contrárias ao regime, mas é possível perceber espectros de comportamento social distintos, o que ajuda a entender a longa duração da ditadura militar”, diz Gabriel Amato.

Dissertação: “Aula prática de Brasil”: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)

Autor: Gabriel Amato Bruno de Lima

Orientador: Rodrigo Patto de Sá Motta

Defesa: julho de 2015, no Programa de Pós-graduação em História